



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O SONHO DESENVOLVIMENTISTA NÃO ACABOU: UMA LEITURA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO BRASIL A PARTIR DA OBRA "O PODER DO ATRASO", DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

THIAGO RAMOS MACHADO (UFT) - thiagoramosmachado@hotmail.com

BACHAREL E LICENCIADO EM GEOGRAFIA (UFRJ), ESPECIALISTA E MESTRE EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR/UFRJ); DOUTOR EM GEOGRAFIA (UFF).

O Sonho Desenvolvimentista não Acabou: uma Leitura do Planejamento Urbano e Regional no Brasil a partir da Obra “O Poder do Atraso”, de José de Souza Martins¹.

O ideário desenvolvimentista no Brasil e suas metas de “superação da pobreza” e “fortalecimento da industrialização”, encontrou no estilo político do ex-presidente Juscelino Kubitschek um de seus principais meios de divulgação e afirmação, embora não exclusivamente. A adoção desse “modelo” de estruturação sócio-econômica, pautado não raro na execução de grandes obras – sobretudo de infraestrutura e equipamentos urbanos – tem conduzido a sociedade brasileira a transitar entre o *velho* e o *novo*. Este permanente embate entre o conservador e o moderno, impulsionado pela incessante busca pelo progresso, contribuiu para a afirmação de uma visão extremamente empobrecedora acerca do desenvolvimento, que por sua vez foi largamente disseminada no pensamento e na prática do planejamento urbano e regional. Neste sentido, elegemos como fio condutor das discussões do presente artigo a obra “O poder do atraso”, de José de Souza Martins, cuja leitura original da sociedade brasileira constitui em valiosa contribuição no desvendamento da perpetuação de uma estrutura social, política e cultural assentada em práticas arcaicas de manutenção do poder e controle do *status quo*.

Introdução

Velho e novo. Duas palavras que permeiam nossas vidas. Fala-se (e pensa-se), a todo instante, seja de forma mais ou menos intensa, sobre objetos, pessoas, idéias, situações... Velhos e novos. Nossas ações também são mediadas por novos e velhos hábitos, atitudes e influências. O que, para alguns, pode ser *velho*, para outros, é considerado *novo*. Tudo depende do que se entende por *velho* e *novo*.

No atual momento, marcado, entre outras características, pela sensação cada vez mais acentuada da aceleração do tempo, da rapidez e efemeridade das relações cotidianas, precisar o que é novo ou velho consiste em tarefa das mais árduas. O próprio antagonismo, intrínseco à comparação entre as duas palavras, tende a esvair-se ante a dificuldade da definição. Em uma sociedade fortemente dominada pelos “adornos da aparência”, o que é novo pode parecer velho e, sobretudo, o velho esconder-se por trás das aparências do novo (MARTINS, 1994).

Ao buscar na análise das relações sociais a explicação para a “confusão semântica” que se estabeleceu entre o velho e o novo, a obra de Martins (1994) desponta como fio condutor privilegiado da discussão que se pretende encetar aqui. cuja leitura original da sociedade brasileira constitui em valiosa contribuição no desvendamento da perpetuação de uma estrutura social, política e cultural assentada em práticas arcaicas de manutenção do poder e controle do *status quo*.

Do “velho” ao “novo” e de volta ao primeiro: o “poder do atraso” e suas manifestações na sociedade brasileira

O Estado brasileiro, originado e historicamente revigorado na tradição da “política do favor”, encerra um dos exemplos mais emblemáticos da perpetuação e do controle social por meio de um “revestimento moderno” (MARTINS, 1994, p. 20), particularmente assentado na afirmação de um ideário desenvolvimentista. Segundo o autor em questão, cabe reconhecer que os grupos integrantes da elite política nacional, isto é, aquela que, de fato, detém o poder da tomada de decisão, fragmentou-se e diversificou-se nas últimas décadas. E isso se deve a inúmeros fatores, dentre os quais destacam-se: a ampliação da participação de diferentes classes, grupos e organizações sociais oriundos do espaço urbano (e, sobretudo, metropolitano), em decorrência da intensificação do processo de urbanização, especialmente a partir da década de 1960, que elevou consideravelmente o

peso das cidades, principalmente das metrópoles, no contexto político nacional; e, por sua vez, a diversidade de interesses que esses grupos e organizações representam, dada a amplificação dos problemas e, por extensão, das demandas sociais, como parte da complexificação da vida nas cidades. Não por acaso, a política brasileira passa a ser composta por um número cada vez maior de bancadas dirigentes, que defendem não apenas interesses econômicos, mas também religiosos, ambientais, classistas, de gênero entre outros³.

A despeito dessa fragmentação e diversificação dos grupos políticos, tanto para Martins (1994) como para Ianni (1992), não raro, o *locus* da tomada de decisões ainda é o campo, de onde as elites oligárquicas, cujas origens remontam ao passado colonial-escravocrata, permanecem com seu poder de comando cristalizado, conformando, juntamente com outras manifestações de poder (como o capital industrial, o capital financeiro, as instituições religiosas entre outros) uma espécie de “superestrutura” da política nacional. De outra forma: o surgimento de novos grupos no cenário político nacional encerra uma fachada, traduzida por uma ampliação restrita (ou, em último caso, condicionada à ambições limitadas) da representatividade social, tendo em vista que essa condição é sustentada pela necessária construção de alianças com as oligarquias tradicionais, que por sua vez, tornou-se uma definição mais “moderna” para a “antiga” prática da troca de favores.

O esquema da troca de favores, outro importante conteúdo da história política no Brasil, também perpetuou sua existência, *renovando* apenas sua “roupagem”. Durante o período colonial, os conflitos entre a Coroa Portuguesa e o poder público local das vilas e cidades eram mediados pelo grau de lealdade política, transformado em retribuições materiais (especialmente na conquista de terras) e honrarias (títulos de nobreza). Consequentemente, ambas as formas de “reconhecimento de fidelidade” transformavam-se em conquistas cujo significado ultrapassava as fronteiras do poder econômico ou do *status* social; simbolizavam, sobretudo, poder político (MARTINS, 1994).

Com o advento do Regime Republicano no Brasil, no final do século XIX, a tradicional política com base na troca de favores construiu, na figura do coronel, seu “novo” símbolo, sua “nova” identidade. Partindo de um enfoque que privilegia o macro, isto é, o sistema, a estrutura social e política em vigor no país a cada momento histórico e suas especificidades, Carvalho (1997) adverte para a ascensão do coronelismo no período conhecido como Primeira República (1889-1930), que constituía um “sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel⁴ até o presidente da república, envolvendo *compromissos recíprocos*” (grifo nosso).

No século XX, a consolidação do Regime Republicano, conferindo gradativamente maior diversidade e complexidade na composição política, aliado ao avanço do processo de urbanização da sociedade, implicou no enfraquecimento das práticas coronelistas – cada

vez mais restrita às áreas rurais das regiões distantes dos centros urbanos – *pari passu* ao surgimento do clientelismo, cujas bases constituintes refletiam exatamente esse contexto de mudanças, buscando ampliar o grau de permeabilidade entre os distintos atores políticos, e destes com os eleitores. A estratégia de ampliação também se aplica no que tange à relação de barganha, visto que os benefícios e vantagens não ficam limitados à tradicional indicação de cargos públicos em troca de apoio político: estendem-se à isenções fiscais, favorecimento em processos de licitação, concessões de licenças para diversas finalidades entre outros.

Aprofundando o debate, é possível identificar algumas expressões características do clientelismo. Uma delas é a máquina política, tema ricamente analisado por Eli Diniz (1982). Para a autora, a máquina política, do ponto de vista da organização partidária que a sustenta e a heterogeneidade que marca sua composição interna, visa a manutenção e ampliação da capacidade de arregimentação e de mobilização de seus membros, seja por meio da ênfase atribuída aos incentivos e recompensas, tanto aqueles de caráter material (acesso a empregos e cargos na administração pública, conquista de licença para exploração de serviços públicos) como também imaterial (aumento do prestígio e da visibilidade, reconhecimento por esforços e atitudes favoráveis ao crescimento do partido).

Além da importância da lealdade de seus quadros, a máquina política igualmente focaliza sua atuação na fidelidade de seus seguidores e adeptos, destacando-se aí o seu enraizamento por todo o tecido social e sua pluralidade, permeando as várias subunidades da coletividade local, seja no campo ou na cidade, através da prestação de serviços diversos. Estes serviços, majoritariamente de cunho assistencialista, são destinados, conforme frisa a autora,

(...) a diferentes tipos de clientela, desde homens de negócios integrados à estrutura social vigente, a contraventores atuando à margem da estrutura legal e oficial. Assim, todo um conjunto de subgrupos segregados, marginalizados e semi-marginalizados seriam também incorporados (...), tendo acesso a canais e mecanismos subgrupos segregados, marginalizados e semi-marginalizados seriam também incorporados (...), tendo acesso a canais e mecanismos alternativos para o atendimento de suas demandas (DINIZ, 1982, p. 26).

A manutenção de uma máquina política clientelista eficiente, capaz de adaptar-se às transformações da sociedade brasileira ao longo dos séculos e ainda sustentar um expressivo número de “fiéis seguidores”, encontra nas instituições religiosas um dos exemplos mais emblemáticos. Se a afirmação de que um Estado Republicano e Democrático seria laico por excelência é altamente questionável, no Brasil essa idéia parece ainda mais frágil. Historicamente, de forma mais ou menos explícita, ora como protagonista,

ora como coadjuvante, a questão religiosa não apenas permeou como também influenciou as relações políticas, sociais e econômicas em nosso país⁵.

Mesmo durante todo o século XX até os dias atuais, sob as bases de um Regime de Governo Republicano, o sistema político nacional permanece fortemente orientado pela questão religiosa. Da politização do catolicismo e do protestantismo a partir da década de 1960 – motivada, entre outros, pela instauração de governos militares no Brasil e em diversos países latinoamericanos – ao crescimento vertiginoso das religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais⁶ nas últimas três décadas, as fronteiras entre o político e o religioso não raro ampliaram o grau de permeabilidade existente.

Essa reorientação na relação entre Estado e religião no Brasil pode ser compreendida a partir de dois componentes fundamentais, embora não exclusivos, quais sejam, a redistribuição do poder político entre diferentes instituições religiosas e a participação mais direta de seus membros em cargos nos poderes executivo e legislativo (BURITY, 2001).

Até o final do século XIX, a Igreja Católica monopolizou a influência sobre o Estado no Brasil, até a separação oficial, ocorrida com o advento do Regime Republicano e a promulgação da nova Constituição de 1891. Ainda que mantido o reconhecimento como a religião oficial do país, alterações substanciais como a laicização da educação, a liberdade de culto e a difusão e incorporação de ideais liberais e positivistas na sociedade, em especial pela elite cafeeira, enfraqueceram *relativamente* o poder da Igreja na esfera política. Torna-se importante frisar essa relativização, considerando a complexa estrutura que cerca a hegemonia do Catolicismo no Brasil, construído ao longo de quatro séculos e cujo “patrimônio” acumulado – tanto o material (terras, imóveis, impostos e doações significativas em dinheiro entre outros) quanto o simbólico (prestígio, autoridade, tradição, detentora do “saber”) ainda confere expressivo poder decisório à religião em tela.

Entretanto, esse relativo enfraquecimento da Igreja Católica tornou-se mais evidente a partir das décadas de 1960 e 1970, com o forte impacto decorrente do surgimento de novas correntes na estrutura da Igreja Evangélica, cuja proposta, ao romper com o tradicionalismo, o conservadorismo e a rigidez dos rituais presentes nas celebrações religiosas protestantes e, sobretudo, católicas, introduziu maior dinamismo e proximidade com a realidade dos fiéis. Essa estratégia, aliada à defesa veemente da contribuição financeira permanente tem permitido não apenas um expressivo crescimento de seguidores como também no que diz respeito aos bens patrimoniais, por meio da aquisição de terrenos, imóveis, emissoras de rádio e televisão, gráficas entre outros.

O entrelaçamento dessas características possibilitou a criação, nas últimas quatro décadas, de uma forte rede de sociabilidade tecida pelas Igrejas Evangélicas e seus adeptos. Neste sentido, a afirmação do significativo poder de permeabilidade nos setores

mais populares da sociedade, não apenas por meio dos cultos e reuniões, mas também através da programação dos meios de comunicação de massa controlados pela mencionada religião, favoreceu amplamente a exitosa inserção de seus membros na esfera política (MACHADO, 2006).

Neste caso, o clientelismo manifesta-se no surgimento de uma máquina política erigida, de um lado, com base na lealdade para com os líderes da igreja e, do outro, na intensa capacidade de mobilização e divulgação dos ideais evangélicos de superação de problemas e ascensão social⁷, cuja adesão massiva constatada nos setores mais populares, conforme anteriormente mencionado, extrapolou também para segmentos mais elitizados da sociedade, atraindo especialmente empresários, artistas e políticos. Sobre este último grupo, em particular, é possível observar uma influência direta no sentido de ampliar esse “poder” de mobilização para a esfera política. Daí a tendência, cada vez mais contundente, à inserção de líderes evangélicos em cargos nos poderes executivo e legislativo, e ainda ao surgimento de políticos que compartilham valores associados à religião em questão, cuja autoridade da “palavra de Deus” tem representado não apenas o fortalecimento da defesa dos interesses religiosos, bem como garantido a expansão patrimonial e de fiéis. Concordando com Machado (2006), trata-se, pois, da religião como uma poderosa via de acesso ao cenário político e, conseqüentemente, à participação efetiva na tomada de decisões.

Outra manifestação do clientelismo, de acordo com Paul Singer (1965), ocorre por meio do voto mercadoria, ou seja, a relação de barganha, em torno de vantagens materiais, entre o eleitor e o cabo eleitoral. Este último consistiria em uma espécie de líder local, que cuidaria dos interesses de seus representados, principalmente junto “às autoridades públicas”, assumindo o papel de “advogado administrativo” de sua comunidade – seja uma vila, uma favela, um quadro associativo de um clube recreativo entre outros. Controlando, em geral, uma dezena ou mesmo uma centena de votos, o cabo eleitoral os vende ao “político de clientela”, que “não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso” (SINGER, 1965, p. 77).

O voto mercadoria, ou voto de barganha, encontrou nas relações de produção capitalistas as bases para sua gênese e consolidação. Trata-se, basicamente, da conversão da força de trabalho, através do assalariamento, em mercadoria – o que pressupõe a existência do trabalhador livre, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Como ressalta Singer (1965), o trabalhador abandona a condição da dependência pessoal (o colonato, a moradia) frente ao proprietário de terras, para se submeter à dependência impessoal (o assalariamento) relativa às coisas.

No entanto, devemos ter cautela quanto à associação imediata da reprodução do clientelismo eleitoral à condição de pobreza das classes trabalhadoras. Conforme adverte

Farias (2000), é preciso atentar para o fato de que o trabalhador da grande propriedade rural pré-capitalista, embora vivendo em condições ainda mais precárias que aquelas atinentes ao trabalhador residente nas atuais periferias urbanas, nem por isso faz do seu voto um bem de troca. Ao contrário, em razão de sua fidelidade ao patrão-coronel, ele simplesmente doa o voto. É o chamado “voto de cabresto”. Portanto, o enquadramento social do latifúndio pré-capitalista impede que o fenômeno da carência, em uma relação simplista de causa e efeito, induza o trabalhador, no plano político, a um comportamento clientelista.

Nesta perspectiva, o estudo de Castro (1992) sobre o “mito da necessidade” encerra um dos trabalhos mais emblemáticos. Ao desconstruir a Região Nordeste brasileira como uma questão, a autora condena o flagrante determinismo embutido na tese do predomínio do clima semi-árido e dos extensos períodos de seca como base para o entendimento de todas as limitações sociais e econômicas características do recorte espacial em questão, ao mesmo tempo que revela as estratégias das elites locais e sua relação de troca de concessões com o poder político central para a preservação do *status quo* dominante, qual seja, a histórica posição das velhas oligarquias como classe dirigente.

O clientelismo praticado por essa elite regional tem suas raízes na construção recorrente de uma imagem hegemônica do Nordeste brasileiro associada à miséria e ao sofrimento decorrentes da pouca generosidade da natureza com aquela parte do país. Desse modo “a culpa da miséria era dos céus e não dos homens” (CASTRO, 1992, p. 59) e a seca, motivação maior de todos os males, era encarada sob a ótica da inevitabilidade e do infortúnio, a fim de justificar a urgência de obras e recursos financeiros para minimizar seus efeitos mais imediatos.

Do mesmo modo que admitir o persistente quadro de pobreza em grande parte da Região Nordeste como obra dos prolongados períodos de estiagem é a garantia do triunfo do conservadorismo e do atraso como instrumentos de poder, materializados pela perpetuação do controle político das elites regionais, acreditamos, assim como Farias (2000), que a pobreza também não deve ser encarada como fator explicativo do clientelismo, sob pena de se configurar uma situação abstrata de carência das camadas mais populares da população.

A origem do clientelismo estaria fundada, assim, não em um quadro de pobreza, mas na própria estrutura social capitalista e em suas contradições, que conformam um sistema no qual a propriedade da terra e dos meios de produção, e ainda o controle das “máquinas tecnológicas de informação e comunicação” (DÉBORD, 1997), significa *poder*: não apenas de caráter econômico, mas, acima de tudo, político e, por conseqüência, *simbólico*. A conformação deste *poder simbólico*, como alerta Bourdieu (2001, p. 14), está na extraordinária capacidade de se construir

(...) o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo. Ele está entre aqueles que exercem o poder, que produzem as ideologias, a legitimidade das crenças, e os que estão sujeitos a esse poder, ou seja, que reproduzem a crença na legitimidade.

Com efeito, as práticas clientelistas têm se mostrado um importante mecanismo de controle da estrutura social, em benefício de um conjunto de interesses dominantes. De um lado, o traço conservador tende a persistir mesmo nas estruturas políticas mais complexas, nas quais estão em jogo não apenas demandas individuais, porém um amplo espectro coletivo (DINIZ, 1982). Do outro, ao buscar sua sobrevivência com base na ampliação de suas bases no meio urbano, aproximando-se de novos atores políticos e também dos “anseios populares”, esse sistema político parece ter adquirido uma força renovada, presente, sobretudo, no ideário discursivo de cunho progressista, que, em última instância, visa diluir a prevalência do “atraso” a partir de uma visão pretensamente vanguardista, caracterizada pela incorporação de novos e audaciosos projetos e idéias. Este é o tema a ser discutido no item seguinte.

O moderno como aparência do atraso: o papel do ideário desenvolvimentista

De que maneira um dos símbolos mais representativos do conservadorismo na sociedade brasileira transforma-se em uma sedutora novidade, capaz de conquistar “corações e mentes” da população? Como uma estrutura política ainda profundamente marcada, na sua essência, pelo atraso, adquire uma aparência *moderna*? Neste sentido, antes de avançarmos na busca por respostas, cabe recuperarmos inicialmente a idéia de aparência como elemento-chave para o entendimento da dinâmica das relações sociais, em particular, com base nas proposições de Guy Debord (1997).

O autor em questão entende que as máquinas tecnológicas de informação e comunicação, ao atuarem na produção da subjetividade coletiva, conduziram à afirmação de uma sociedade baseada no “espetáculo”, que deturpa e desconstrói o real, no sentido de dissolver todas as formas de diálogo e, em especial, a manifestação do espírito crítico. Desse modo o espetáculo, enquanto “(...) o modelo atual de vida dominante na sociedade”, constituiria “(...) uma relação social entre pessoas, mediada por [discursos e] imagens”, que contemplaria “(...) o resultado e o projeto de produção existente”. Ou seja: “forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema [dominante]” (DEBORD, 1997, p. 14 e 15). Com efeito, acreditamos que essa

concepção de “sociedade do espetáculo” está presente nos mecanismos a partir dos quais se estabelecem as relações sociais regidas pelo poder do atraso.

Prosseguindo com nossa construção analítica, o supracitado autor complementa que “a aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos” (DEBORD, 1997, p. 21). E ressalta, ainda adiante, que “a cisão generalizada do espetáculo é inseparável do Estado, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe” (idem, p. 21).

Sob esta perspectiva, a aparência tende a tomar o lugar da essência, revelando a fragilidade da vida cotidiana. Fragilidade essa que, nas palavras de Debord (1997) se acentua à medida que se complexificam as relações capitalistas. Trata-se de uma lógica que, inicialmente, representou “(...) uma evidente degradação do ‘ser’ para o ‘ter’”(p.18) – manifestada na exacerbação do consumo imaterial, isto é, de bens e mercadorias em geral – e cujo advento da “sociedade do espetáculo” condicionou a “(...) um deslizamento generalizado do ter para o *parecer*” (p.18) – evidenciada pela intensificação do consumo imaterial, qual seja, de imagens, símbolos e representações diversas, a partir da criação de mecanismos que conduzem à alienação.

É precisamente a alienação que adquire posição central na análise de Debord (1997) sobre a “sociedade do espetáculo”. Esta centralidade ganha destaque no trecho abaixo:

o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta da sua própria atividade inconsciente) se expressa do seguinte modo: quanto mais ele contempla menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte. (DEBORD, 1997, p. 24)

O domínio da aparência na sociedade contemporânea se realiza por meio da reprodução da idéia de uma esquematização imposta, pela força da alienação aos fatos, bem como através de uma concepção cega, falsificadora e superficial, que nos impede de reconhecer a verdadeira realidade (GILES, 1985). Deste contexto surgem as simulações e teatralizações (o espetáculo) como estratégias para a produção do *falso real*, que, segundo Georges Balandier (1982), necessita permanentemente de um caráter cênico pra se consolidar.

Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organizações dos poderes instituídos, encontra-se presente, governando dos bastidores, a “teatrocracia” (BALANDIER, 1982). A própria concepção de poder, e, sobretudo, de poder político, encontra-se cada vez mais associada a elementos de representação teatral como meio de realização e garantia de sobrevivência. Sobre este ponto, o mencionado autor reforça que

(...) o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (BALANDIER, 1982, p. 7).

A partir do momento que se configura uma sociedade alienante, dominada pela aparência, pelas representações, pelas imagens simplificadoras do real, enfim, pelo *espetáculo*, o discurso, assim como as demais formas de comunicação social, encontra um campo fértil para sua transformação em instrumento de dominação e controle.

O discurso, ao revelar a compreensão do sujeito sobre determinado contexto sócio-histórico, cumpre papel determinante na (re)produção da sociedade, interferindo diretamente no comportamento de atores e agentes que atuam nessa dinâmica (GILES, 1985).

Michel Foucault (1997) considera os enunciados como a instância primordial do discurso, não em seu sentido lógico ou gramatical, mas na regularidade e na especificidade de seu emprego, desempenhando função enunciativa que se transforma em formação discursiva. O discurso, então, passaria a ser delimitado, segundo esse autor, não pelo seu sentido imediato, mas pela prática discursiva que, no seu interior, constrói o sentido. Em consonância a linguagem, converter-se-ia em instrumento de poder ao refletir uma prática lingüística traduzida no discurso político.

Para Marilena Chauí (1993, p.7) ao reduzir a sociedade a uma estrutura composta por meros “objetos sociais”, e não por sujeitos, o Estado constrói um discurso político que, acima de tudo, torna-se um “discurso competente”, que corresponde ao discurso “(...) que pode ser proferido e aceito como verdadeiro e autorizado (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”. Assim, o discurso competente, em seu entender, é o discurso instituído como hegemônico, ou seja é algo que aparece com ares de uma verdade absoluta e, portanto, inquestionável. Elimina-se, assim, a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, a partir da imposição de uma lógica de identificação que unifica pensamento, linguagem e realidade. Essa lógica permite a identificação de todos os “sujeitos sociais” (transformados, neste caso, em objetos sociais) com uma concepção particular tornada universal, qual seja, a concepção da classe dominante. Ainda de acordo com a autora em

questão, o discurso competente não exige submissão, mas a interiorização de suas regras, sob pena de ser desqualificado diante das normas impostas pela própria sociedade. Em suma: destituídos da condição de ser social e político, os homens, dominados pela alienação, assistem, passivos, ao “espetáculo”: a afirmação do discurso político como discurso competente (CHAUÍ, 1993).

Ao longo da história política no Brasil, é possível identificar a persistência do atraso a partir de duas perspectivas que se complementam: a primeira, como uma característica intrínseca a nossa sociedade – não por acaso, apropriadamente denominada por Martins (1994) de “sociedade de história lenta” – e a segunda, como a “face oculta” dos discursos oficiais. Renovada a todo momento, a combinação entre o “moderno” (como aparência) e o “tradicional” (como essência) é apropriada pelo ideário discursivo como principal estratégia a fim de torná-lo legítimo; um “discurso competente” por excelência.

Nestes termos, nos interessa, especialmente, a construção do discurso progressista acerca da idéia de desenvolvimento, que assume papel central no contexto político brasileiro a partir da década de 1950. Dominado por uma visão simplista e reducionista, mas também dotado de uma poderosa carga ideológica, capaz de gerar grandes expectativas de emancipação e bem-estar (SOUZA, 1996), o *discurso desenvolvimentista* será tratado aqui segundo dois enfoques: o primeiro, que valoriza o desenvolvimento como sinônimo de prosperidade; e o segundo, cuja abordagem sublinha o caráter modernizador do desenvolvimento.

O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) marca a consolidação de uma política que visava o ingresso do Brasil na chamada “era industrial”, iniciada ainda no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), com continuidade nos governos subseqüentes do presidente General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), seguido por mais uma gestão do presidente Getúlio Vargas (1951-1954). Neste período, foram criadas empresas estatais direcionadas à formação de uma indústria de base (bens de produção) no país, que até então caracterizava-se por uma industrialização exclusivamente voltada à oferta de bens de consumo não duráveis (predomínio dos setores têxtil e de alimentos). Assim surgem a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Companhia Siderúrgica Nacional (1946), a Petróleo Brasileiro (PETROBRÁS, 1953), entre outras, com o objetivo de *modernizar* o setor industrial. Entretanto, é no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que se forja o ideário desenvolvimentista, cujo discurso preconiza a aceleração do crescimento econômico, único meio para superar o estado de atraso e alcançar a prosperidade (LIMOEIRO, 1977).

Ao formular seu Plano de Metas, o presidente Juscelino Kubitschek elegeu o fortalecimento da industrialização como o componente central, destinado a solucionar os pontos de estrangulamento da economia nacional. O referido Plano era composto por trinta

metas, distribuídas pelos setores de energia (metas de 1 a 5), transporte (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústrias de base (19 a 29) e educação (meta 30). Para garantir o “êxito” de seu plano, o governo criou o lema “cinquenta anos em cinco”, que se tornaria um dos mais famosos, várias vezes copiado e/ou adaptado por *slogans* da história política brasileira. Em um período no qual o mandato presidencial compreendia cinco anos, a idéia principal era mostrar à população que, neste curto intervalo de tempo, o Brasil poderia se *desenvolver* rapidamente, muito mais do que havia atingido em cinquenta anos de Regime Republicano.

Para Miriam Limoeiro (1977), as categorias “subdesenvolvimento” e “semicolonialismo” serviam, então, para qualificar a vida brasileira de forma global, resultando daí a idéia de que não éramos somente economicamente dependentes, mas também culturalmente. Através de pronunciamentos oficiais, realizados, sobretudo, no Congresso Nacional, o presidente Juscelino Kubitschek sublinha “a fase de transição” por que passava a economia brasileira, qual seja, do estágio predominantemente agropecuário para uma etapa de industrialização intensiva. Desse modo, a ênfase na “libertação econômica” simbolizava a superação do passado colonial, que deixara marcas profundas na sociedade brasileira, como o atraso, a dependência, o subdesenvolvimento, a pobreza.

Em sua análise desse período, Limoeiro (1977) ressalta que o discurso do desenvolvimento como prosperidade visava transmitir uma clara e contundente mensagem de otimismo, enaltecendo a capacidade do povo brasileiro no que tange à superação de problemas e adversidades, bem como a grandeza da nação e as inúmeras riquezas que ela pode produzir. Indo ao encontro do pensamento de Limoeiro, parece-nos que esses dois aspectos representariam a fórmula de sucesso da construção discursiva: não bastava falar apenas das potencialidades infinitas do território brasileiro, era necessário incluir a população como um sujeito ativo desse processo transformador, garantindo, assim, a eficácia do poder de mobilização. Nas palavras do próprio presidente Juscelino Kubitschek “(...) a mudança na rota de um país empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo *valor de seus filhos*” (grifo nosso) (apud LIMOEIRO, 1977, p. 80).

A crença em um futuro emancipador também advinha do desafio de fazer do Brasil uma nação *moderna*. Não por acaso, o governo do presidente Juscelino Kubitschek elegeu a industrialização como objeto central, de maneira quase que obsessiva. Industrialização que é posta em marcha com base em um expressivo ingresso de capital de risco internacional, cujo protagonismo e símbolo mais destacado desta fase coube à indústria automobilística, na condição de principal “motor” da economia brasileira, que contrasta

fortemente com o período posterior de endividamento externo, acentuado, particularmente, durante o Regime Militar (1964-1985).

Concomitante à industrialização, emerge o discurso do desenvolvimento como sinônimo de modernização, enfatizando a necessidade de pesados investimentos em grandes obras de infra-estrutura. Sob este aspecto, observamos uma das acepções mais correntes acerca da idéia de desenvolvimento, qual seja, desenvolver é dominar a natureza, fazer crescer, *modernizar* (SOUZA, 1996).

A partir da segunda metade da década de 1950, no governo do presidente Juscelino Kubistchek, o Brasil ingressa na fase das “grandes obras”. Ainda neste primeiro momento, Brasília parece encarnar um dos exemplos mais representativos desse ideário (FARRET, 1985). A celebração da construção da nova capital federal, em um local até então isolado do território brasileiro, qual seja, o Planalto Central, evidenciou não apenas a necessidade de integração para fortalecer e consolidar o desenvolvimento – ampliando o mercado consumidor a fim de atender a crescente industrialização – mas também a vitória da técnica, da racionalidade, da capacidade humana de erguer, a despeito de condições adversas, uma obra monumental: uma “nova” cidade, que abrigaria a “nova” capital de um Brasil cada vez mais “afinado com a modernidade”. Tudo de acordo e em consonância com o pretense discurso do desenvolvimento.

O crescimento econômico como imperativo, um dos fundamentos do capitalismo, moldou a chamada ideologia capitalista do desenvolvimento (SOUZA, 1996). Como vimos, essa ideologia, plenamente incorporada à dinâmica sócio-econômica e política do Brasil, sugere encarar o desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento econômico, considerando não apenas sua dimensão quantitativa (isto é, o crescimento do produto, da riqueza gerada), mas também sua dimensão qualitativa (representada pela modernização tecnológica e pelo progresso técnico). Em última instância, acreditamos que o par crescimento econômico / modernização tecnológica tem marcado a história brasileira recente (últimos cinquenta anos), privilegiando, em um primeiro momento, a escala nacional e, posteriormente, atuando, sobretudo, na escala local.

Após o “legado” modernista do presidente Juscelino Kubitschek, transformado pela prática discursiva em legítimos “ícones” do desenvolvimento – notadamente a indústria automobilística e a construção de Brasília – o período do Regime Militar igualmente marca um momento de exaltação às benesses do desenvolvimento, na sua vertente economicista.

Cumprе lembrar que a consolidação do discurso acerca do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico deriva, em grande medida, de um contexto histórico mundial particular, denominado “trinta gloriosos”, que compreende o período Pós-Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970. Em linhas gerais, este momento foi marcado

pelo apogeu do Estado de Bem-Estar Social, pela política do pleno emprego e pelas altas taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto da maior parte dos países.

O discurso de “Brasil, o país do futuro” ganhou novo fôlego, reforçado por lemas como “é preciso fazer o bolo crescer”, “ninguém segura esta nação”, entre outros. Conquanto fosse igualmente um dos objetivos desse ideário discursivo ressaltar o êxito do país em distintas áreas, como a esportiva e a cultural, o peso maior era conferido aos “avanços” do setor econômico, sintetizado, especialmente, pelas altas taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto (FURTADO, 2007). Porém, a reiterada insistência no campo econômico concentrou esforços apenas no “crescimento do bolo”, deixando em segundo plano a “distribuição das fatias”. Resultado: a opção por este modelo de desenvolvimento monocentrado no crescimento econômico não tardou a revelar seus problemas e contradições. O desejado ingresso do Brasil na “era moderna”, materializado na grandiosidade das obras realizadas no período em questão (Usina Hidrelétrica de Itaipu (1974), Ponte Rio-Niterói (1975), Transporte Metroviário (1974) entre tantas outras, não raro divulgadas exaustivamente como “as maiores do mundo”), bem como na contínua expansão do setor industrial, pode ser resumido, como frisa Martins (1994), em uma história inacabada e incompleta, visto que não foi capaz de impedir o aprofundamento das marcas do atraso, tanto no campo como, e principalmente, no meio urbano, através da acentuação das disparidades sócio-espaciais (favelização crescente, precarização das condições de trabalho, acentuação da violência e aprofundamento dos processos de autosegregação e segregação induzida).

A partir da década de 1990, o discurso acerca do desenvolvimento é encarado especialmente sob o viés do desenvolvimento urbano. Em que pese a mudança de escala – quando a cidade, ou mais especificamente, determinadas áreas do tecido urbano, passam a representar o recorte espacial preferencial de atuação do ideário desenvolvimentista – a incessante busca pelo crescimento econômico e pela modernização do espaço urbano por meio de grandes obras é reforçada pela emergência de um contexto global no qual as cidades encontram-se em competição: trata-se de uma disputa fundamentalmente por investimentos – em especial, materializados pela atração de capitais industriais e financeiros que atuam em escala mundial – seja através de empresas transnacionais, seja por intermédio do incremento do fluxo turístico, ou ainda pela capacidade de sediar grandes eventos esportivos e culturais (SANCHEZ, 1997, 2003).

Na cidade tornada espetáculo, a alienação ganha evidência quando discursos transformam a competitividade e o empreendedorismo em imperativos para a sobrevivência em um “mercado mundial de cidades”, no qual a visibilidade (aparência) constitui um elemento-chave. Nestes termos, cumpre ressaltar a proliferação de consultorias⁸ “especializadas” em pretensas “transformações urbanas”, que em síntese, focalizam a

recuperação de áreas degradadas do espaço urbano, previamente selecionadas pelo poder público, por meio de grandes projetos de intervenção (construção de equipamentos esportivos e culturais, requalificação de zonas portuárias, atração de grandes empresas) e seus (não menos pretensos!) “legados sociais” (geração de novos empregos, melhoria na qualidade vida, entre outras “promessas”). Assim assistimos, de um lado, o esfacelamento da visão totalizante de cidade (essência), considerada senão “aos pedaços” (SALGUEIRO, 1998); do outro, a simplificação do entendimento acerca do desenvolvimento urbano, reduzido ao processo de *modernização* das cidades e ao superdimensionamento conferido às intervenções decorrentes, revelando uma preocupação excessiva com aspectos de caráter estético (aparência), como a beleza e a monumentalidade dos “novos espaços” que emergem.

Não por acaso, concordamos com Ianni (1992) quando este lembra que o Brasil, no decorrer do século XX, fez de tudo para tornar-se um “país moderno”. Como vimos, iniciativas não faltaram: discursos progressistas, audaciosos projetos de infraestrutura, implantação e fortalecimento da industrialização, urbanização acelerada, crescimento econômico. No entanto, as diversidades (e disparidades) regionais não só permaneceram como foram ampliadas. Ao final, a persistência do atraso como essência da nossa sociedade fez com que o país *apenas parecesse* moderno.

Conclusões

A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso (MARTINS, 1994, p. 11).

Ao longo do século XX, grandes esperanças foram depositadas, relativas ao “futuro da nação brasileira” (ou seria “à nação do futuro?”). Discursos não faltaram: fortalecimento da indústria de base, grandes obras de infra-estrutura, crescimento econômico... Mas, como o tão aguardado progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento e desigual em sua distribuição sócio-espacial, a sociedade brasileira passou a ser encarada sob a ótica de uma história inacabada, de uma modernização incompleta. Recorrendo novamente a Martins (1994, p. 11), “(...) não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer”.

A manutenção, através dos séculos, de uma estrutura social, econômica e política no Brasil calcada na lentidão, no conservadorismo, nas relações assimétricas, na perpetuação da política baseada na troca de favores, enfim, no atraso, tornou-se possível pela manipulação da população por meio de estratégias discursivas, cujo objetivo central era criar um “falso novo”, isto é, uma *aparente* sensação de superação de um determinado

problema ou limitação. Para isso, algumas ações eram concretizadas, superdimensionadas em seu conteúdo e significado simbólicos – não raro, associados às idéias de modernidade, progresso e desenvolvimento, entre outros atributos – mas, ao fim, a implementação das propostas contribuía para revelar a superficialidade das ações e a permanência dos problemas que se pretendia superar. Ou, em outras palavras, a persistência do incompleto, do inacabado... Enfim, de uma estrutura rígida, cristalizada, cuja *essência* pouco foi alterada.

Referências

AZEVEDO, Dermi. A igreja católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, set./dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.com/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50103-4014200400030000009.

Acesso em 17/02/2010.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. da UnB, 1982 (Coleção Pensamento Político).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURITY, Joanildo A. Política e religião na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, v. 1, n. 4, 2001. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/t_burity.htm. Acesso em 03/05/2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 02, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50011-52581997000200003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 30/08/2008.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.

DÉBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 23-46.

FARIAS, Francisco P. de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. Curitiba, *Revista de Sociologia Política*, n. 15, nov. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-447820000002000004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24/09/2008.

FARRET, Ricardo L. O Estado, a questão territorial e as bases para a implantação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GILES, Thomas R. *Estado, poder, ideologia*. São Paulo: EPU, 1985.

IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LIMOEIRO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 183p.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Território*, v. 3, n. 4, jan./jul. 1998, p. 39-53.

SANCHEZ, Fernanda. *Cidade espetáculo. Política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, Octavio (Org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'teoria aberta' do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996, p. 5-22.

Notas

¹ Este trabalho é parte das reflexões teóricas de nossa Tese de Doutorado, intitulada “O poder do atraso na produção do espaço urbano: o caso de Palmas, Tocantins”, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

² Bacharel e licenciado em Geografia (UFRJ); especialista e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Doutor em Geografia (UFF).

³ Nas duas últimas décadas, é possível identificar o crescimento do número de candidatos, especialmente voltados para a disputa de cargos no Poder Legislativo, que tem pautado suas campanhas em reivindicações específicas. Neste contexto, destacam-se grupos políticos associados a causas evangélicas, católicas, militares, étnicas, entre outras, que se somaram à bancadas tradicionais, como a ruralista e a dos empresários do setor industrial.

⁴ Cumpre frisar que o autor em tela faz questão de rechaçar a visão simplista da figura do coronel como um grande latifundiário isolado em sua fazenda, na condição de “senhor absoluto de gentes e coisas”. Sua descrição envolve um cenário de maior complexidade, seja em relação à atribuição profissional (os “coronéis”, muitas vezes, eram médicos, advogados, comerciantes e, até mesmo, padres), seja no que tange ao grau de envolvimento na política (CARVALHO, 1997).

⁵ Um exemplo recente e altamente ilustrativo refere-se à polemização acerca do tema “legalização do aborto” nas eleições presidenciais de 2010. O tratamento conferido à questão em tela por parte dos candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) foi amplamente explorado pelos meios de comunicação como um dos principais motivos à redução no percentual de votos da candidata petista no 1º. Turno das eleições – motivado por informações presentes no Plano de Governo de Dilma que manifestariam uma posição favorável à legalização do aborto – gerando um debate mais uma vez empobrecedor, porque monocentrado na abordagem reducionista da dimensão religiosa e suas implicações, negligenciando a importância do tema sob o viés social e como componente fundamental das políticas públicas de saúde.

⁶ O termo “pentecostal” remonta o início do século XX e foi criado para identificar os segmentos religiosos norte-americanos que integravam um movimento específico da tradição protestante, cuja base era formada predominantemente por negros e pelas camadas mais pobres da população. Por outro lado, a expressão “neopentecostais” tem sido empregada para caracterizar os grupos religiosos evangélicos surgidos a partir da década de 1960, com atuação destacada nos problemas cotidianos, na busca por “soluções imediatas” e na defesa veemente da colaboração financeira permanente por parte de seus seguidores.

⁷ Em tempos de pluralismo religioso, marcado, sobretudo, pelo avanço vertiginoso das igrejas evangélicas, não podemos deixar de mencionar o processo de “reação” da Igreja Católica, materializado, de um lado, pela corrente denominada “Teologia da Libertação”, que a partir da década de 1970 buscou construir um viés mais crítico e próximo das camadas mais pobres da população a partir do engajamento nas discussões sobre as desigualdades inerentes à estrutura econômica e social, com base em uma perspectiva marxista; do outro, por meio das ações associadas ao movimento de “Renovação Carismática”, que desde o final da década de 1980 tem buscado uma maior aproximação com os fiéis, adotando postura semelhante à introduzida pelos cultos evangélicos, como a atualização de letras e a valorização de músicas com ritmos mais dinâmicos, e ainda uma maior mobilização e fortalecimento de atividades direcionadas aos jovens. Da mesma forma, constata-se o fortalecimento da atuação nos meios de comunicação, a partir da aquisição de emissoras de rádio e televisão, e também na esfera política, atraindo políticos para a defesa de questões de interesse do Catolicismo. Para um aprofundamento acerca das recentes transformações na relação entre Igreja e sociedade no Brasil, consulte-se Azevedo (2004).

⁸ Desde a “experiência paradigmática” de Barcelona, simbolizada pelo conjunto de intervenções urbanísticas realizadas por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992, a cidade tornou-se igualmente conhecida pelos escritórios de consultoria em urbanismo, cujos serviços foram contratados por inúmeras prefeituras de cidades em todo o mundo – inclusive no Brasil – na tentativa de reproduzir o êxito do “modelo catalão”. Para uma abordagem crítica a esse respeito, ver, em especial, Sanchez (1997, 2003).